

Percepção de secretários municipais de saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares

LARISSA DE OLIVEIRA VIEIRA, ISMAR EDUARDO MARTINS FILHO, EDMÉIA CAMPOS MEIRA

larissaoliveira@hotmail.com, iefilho@uesb.edu.br, edmeiameira@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

INTRODUÇÃO: Entre objetivos da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares está o de estimular as ações referentes ao controle/participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores nas diferentes instâncias

MÉTODO: Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada com 22 secretários de saúde em municípios da Bahia. A coleta de dados aconteceu entre os meses de maio e novembro de 2018 nos municípios e nas reuniões da Comissão Intergestores Regional. As entrevistas foram coletadas por meio de roteiro semiestruturado, gravadas, transcritas e analisadas através da análise de conteúdo temática. O Projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº CAAE: 79083817.0.0000.0055.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Todos os secretários conhecem algumas PIC e 12 deles já as utilizaram enquanto recurso terapêutico. Entre as PIC utilizadas por eles destacam-se: as plantas medicinais (8), a auriculoterapia e a homeopatia (4), a acupuntura (3), a yoga (2), e as PIC constelação familiar, cromoterapia, musicoterapia, quiropraxia, reiki e terapia de florais foram citadas cada uma por apenas 1 secretário. Os secretários ainda citaram os benefícios obtidos pelo uso de algumas PIC ou por terem utilizado na sua prática profissional, a exemplo: da auriculoterapia, que contribuiu para o relaxamento, melhora na ansiedade e diminuição de algumas dores e do estresse; acupuntura eles citaram que houve o alívio para a hérnia de disco, efeito positivo para sequela de AVC em um familiar; Quiropraxia, tendo efeitos positivos para problemas de coluna; Musicoterapia como recurso eficaz para o relaxamento em trabalhos de parto. O estudo ainda identificou que apenas 7 secretários conhecem a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e os municípios não têm lei que regulamente tais PIC; obteve-se também que apenas 5 secretários estudaram as PIC na formação acadêmica.

CONCLUSÕES: A falta de apoio financeiro além da falta de conhecimento especializado entre as autoridades de saúde pode dificultar a regulamentação das PIC nos diversos serviços do Sistema Único de Saúde. Desta maneira, há a necessidade de articulação e maior conhecimento das PIC entre os diversos atores, como os profissionais, usuários, instituições, gestores de saúde, comunidade a fim de garantir o fortalecimento das PIC enquanto recurso terapêutico potente para ações de promoção da saúde e reconhecimento dos saberes tradicionais e populares nos diversos modos de pensar a saúde e os variados modos de adoecimento.